

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

**PROJETO INTEGRADO
EJA E DIVERSIDADE**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
MAIO, 2023



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

PEDAGOGIA ONLINE

EJA E DIVERSIDADE

- Educação de Jovens e Adultos – Prof^ª Me. Fátima A Medici
- Educação, Direitos Humanos e Diversidade – Prof^ª Me. Mariângela L Jacomini

Estudantes:

Dayara Maria de Freitas, RA 1012022200903

Simone Hosana da Silva RA 1012020100774

Stephanie Kelly Batista Souza RA: 101202110399

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
MAIO, 2023



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	5
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	6
4	CONCLUSÃO	10
	REFERÊNCIAS	11
	ANEXOS	12

1 INTRODUÇÃO

Visto que se fala diversas vezes sobre a responsabilidade do docente, encontramos no cotidiano pessoas que apresentam de alguma forma o analfabetismo funcional. Diante de uma sociedade multicultural e repleta de diferenças, o professor deve ter práticas que favoreçam a aprendizagem de forma íntegra, que proporcione aos alunos uma reflexão crítica sobre o mundo, os ambientes que convive e que possa contribuir para seu sucesso pessoal e profissional, esses aspectos devem ser ainda mais apurados quando falamos de EJA. Porém, ao decorrer da história do Brasil, grande parte foi marcado pela exclusão da população ao direito da escolarização e pela falta de direito ao ensino de qualidade, problemas nos quais refletem até hoje no ensino em sala de aula.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, atende toda a população jovem e adulta, que não teve acesso aos estudos na idade oportuna. Em grande maioria são alunos que passaram por períodos de grandes instabilidades e dificuldades, e que voltaram aos estudos para conseguir melhores condições de vida. São pessoas que já tem ideais, opiniões, vidas formadas e estar novamente em uma sala de aula é um grande desafio. Portanto, é de suma importância que o currículo, a didática e as metodologias do professor sejam apropriados para esse grande desafio que irá ter em uma sala de EJA. Auxiliar os alunos no processo de aprendizagem e contribuir para seu desenvolvimento na sociedade, deve ser o principal objetivo do docente. Iremos abordar ao decorrer do trabalho, a grande importância da EJA, sua trajetória, bem como suas dificuldades e desafios.

2 OBJETIVOS

Apresentar conceitos importantes sobre a docência e a importância do EJA.

Analisar práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos do EJA.

Conceituar as dificuldades enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

É crucial refletir sobre a trajetória da EJA, dado que houveram grandes mudanças ao decorrer dos anos. Para conseguirmos entendermos e visualizarmos os progressos e os retrocessos da EJA - na educação brasileira, é fundamental recordarmos que problemáticas educacionais se estendem desde no Brasil colônia, um cenário no qual não existia nenhuma política voltada à educação de jovens e adultos. Os processos educacionais nessa época eram de total dominação, voltados para a transmissão da língua portuguesa e para a pregação do cristianismo.

Além de todos esses aspectos negativos, nem todas as crianças tinham acesso à educação, começando daí a exclusão do direito à escolarização. Após a saída dos Jesuítas e a chegada da família real portuguesa, ocorreram várias mudanças educacionais. Foram criadas instituições de ensino superiores na Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, porém esses cursos foram pensados para o empoderamento das elites coloniais deixando de lado as classes populares, portanto a educação de jovens e adultos não era prioridade, o foco para essa sociedade era somente a produtividade. O primeiro mecanismo legal da educação de jovens e adultos foi o Ato Adicional de 1834, seu intuito era o acesso educacional primário e secundário à toda população, de modo especial à população de jovens e adultos. Porém, como bem disse Strelhow (2010, p.3): “o letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas.” Mesmo sendo um ato positivo, uma educação de qualidade e que promovesse um desenvolvimento significativo não foi o que ocorreu. Segundo Carvalho (2010), o Ato Adicional “contribuiu ainda mais para agravar a situação educacional e aprofundar as diferenças entre as classes. As Províncias precariamente ficaram responsáveis pela educação do povo e o poder central teria a obrigação pela educação da elite.” (CARVALHO, 2010, p.8).

Posteriormente, no início do século XX, ocorreram movimentos políticos e sociais a fim de intensificar ideias da necessidade da população em favor da educação, contribuindo para o surgimento de políticas públicas em benefício da educação de jovens e adultos. Na revolução de 1930, houve o surgimento da promoção de

princípios liberais em busca de mudanças sociais, porém na Era de Vargas a preocupação com o ensino se baseava na expansão do ensino tecnicista, como afirma Escobar (2007, p. 22 20) “[...] no planejamento educacional a expansão do ensino técnico-profissional direcionado para a preparação de mão de obra qualificada para a indústria e o comércio.” Vale ressaltar que apesar de certa forma ter novas políticas públicas educacionais, essas políticas não incluía a preocupação da alfabetização da população de jovens e adultos, conforme expõe Escobar (2007, p.21) “[...] havia pouca disposição do Governo Vargas para a alfabetização da população adulta, como instrumento de formação eleitoral, para assegurar e justificar o seu poder político.” Não era interessante ao governo investir na educação da população jovem e adulta, já que quanto maior o número de analfabetos, mais fácil e duradouro seria a dominação política e social.

Então, entre idas e vindas de um processo totalmente cheio de altos e baixos, em 1958 no II Congresso Nacional de Educação de adultos, se iniciou uma discussão significativa com docentes realmente preocupados com o analfabetismo, com a exclusão, precariedade de direitos e falta de humanidade das pessoas não alfabetizadas, dentre eles o ilustre educador Paulo Freire. A educação popular se vê fora do espaço escolar, em organizações, uma educação para o povo em favor de uma emancipação e uma luta que se estende até os dias de hoje pela igualdade. A partir dos movimentos da escola popular com princípios das ideias de Paulo Freire, que flagra uma educação que não transmitir conteúdos, mas sim se baseia na troca de conhecimentos, a partir do que o aluno já tem de visão do mundo e dá a devida importância em sua bagagem cultural, uma construção de de saberes mútuos.

No entanto apesar do reconhecimento da educação como um ato político em um primeiro momento, no governo de João Goulart no qual se propôs um Programa Nacional de Alfabetização fundamentado nas ideias Paulo Freire, a partir do golpe militar de 1964 procurou se abolir a proposta e os fundamentos defendidos por ela e foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL (1967-1985), com a finalidade de fortalecer ainda mais o regime civil-militar. O governo militar não queria de forma alguma promover uma sociedade criticamente pensante e atuante, portanto o MOBRAL surgiu para acalmar as inquietações de um povo que buscava por educação. A proposta legal e pedagógica do Mobral continha:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos. (Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967)

A princípio com o caráter funcional da educação dita pelo MOBRAL, bem como suas concepções tecnicistas, fica claro que essa alfabetização voltada a jovens e adultos não tinha nenhuma preocupação em olhar aos oprimidos, em formar cidadãos criticamente instruídos para convivência em sociedade, bem como para a democracia e a igualdade.

Logo após os programas de alfabetização de jovens adultos propostos pelos governos militares e mesmos os que sucederem esses a partir de 1985, apresentaram grandes dificuldades de adequações curriculares e metodológicas.

Com fim de realmente inserir a obrigatoriedade da educação para jovens e adultos, a constituição federal de 1988, traz em seu artigo 208, a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando principalmente a sua oferta a todos que não tiveram acesso na idade oportuna. A LDB, veio também assegurando esse direito com o artigo 37: “ A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (LDBEN,1996,p.19).

Portanto, ideias, leis e muitas discussões giram em torno da EJA. Dificuldades e desafios são frequentes, porém devem ser mais frequentes ainda o desejo dos docentes dos dias atuais de fazer diferença e seguir em direção às mudanças realmente significativas no ensino dessa modalidade. Os alunos chegam na sala de aula com a ansiedade de recuperar o que foi perdido em meio ao tempo, com as esperanças de aprender algo que facilite de alguma forma o seu dia a dia. É de extrema importância que o docente concilie com suas práticas pedagógicas o que o estudante já tem de bagagem em sua experiência de vida, a fim de fazer uma ponte entre essa bagagem de vida e cultural com os aprendizados em sala de aula. Geralmente os alunos da EJA, advêm de uma rotina diária cheia e cansativa, portanto as aulas devem conter aprendizados que realmente façam sentido aos estudante.

De acordo com o estudo de caso apresentado, as práticas e metodologias que podem ser utilizadas que iram facilitar o processo de ensino e aprendizagem da turma, partiria inicialmente de atividades em sala de aula que deixasse os estudantes mais a vontade e

que pudesse a partir destas atividades os docentes conhecer um pouco mais da história de vida de cada um, bem como suas experiências e anseios para o futuro, facilitando o planejamento de um currículo que se adequasse a toda diversidade da turma. A partir daí formar grupos que teriam aspectos em comum, para que eles pudessem aprender uns com os outros e suas experiências. Utilizar a linguagem adequada e ser um mediador para que eles possam ser os protagonistas de seu próprio aprendizado são características fundamentais para o sucesso no processo. Auxiliar na formação de cidadãos críticos e que possam atuar ativamente na sociedade, a fim de diminuir essa desigualdade que nos cerca diariamente, tem que ser o grande objetivo do educador.

Outras propostas que podem ajudar o acesso e permanência dos alunos da EJA na escola é reforçar policiamento nos períodos de aula, fornecer lanche aos alunos, visto que muitos vão à escola direto do trabalho, garantir o acesso aos materiais didáticos, bibliotecas presenciais e virtuais, assistência estudantil financeira como bolsas e auxílio-transportes, médica e psicopedagógica, formação específica para professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que essa pesquisa teve a finalidade de compreensão sobre o assunto EJA no Brasil. Pois tem a finalidade de atingir muitos progressos ainda na Educação Brasileira, a trajetória da EJA teve os seus altos e baixos com longa dificuldade ao longo dos anos. Com políticas públicas de educação para garantir o acesso da permanência na escola dos jovens e adultos na escola, temos também que levar em consideração que a EJA atende a muitos jovens que não trabalham, mas a grande parte também são trabalhadores que têm carga da vida com muitas experiências e isso devemos levar em conta. Embora a EJA tenha avançado muito com o decorrer dos anos, ainda sim não recebe muita atenção por parte dos políticos de Estado.

Com base no que vimos, podemos dizer que existem muitas metodologias que podem ser aplicados em todas as escolas para educação EJA , havendo sempre melhorias que seria em facilitar o processo de aprendizagem e educação dos formandos, não apenas com base em alfabetizar mas também a preparação de cada um para exercer uma profissão na sociedade, levando em consideração toda bagagem dos alunos com respeito e com empatia no próximo, formando-os para serem seu próprio protagonista da sua vida e dos seus sonhos , com pensamentos críticos que possa enfrentar e lutar contra a sociedade que tem muita desigualdade social.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Retratos da Escola**, v. 2, n. 2/3, 2008.

RIBAS, Marciele Stiegler; SOARES, Solange Toldo. Formação de Professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul–ANPED SUL. Caxias do Sul-RS: Universidade de Caxias do Sul**, p. 01-16, 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **Educar em Revista**, n. 29, p. 83-100, 2007.

COLETI, Laura Maria Baron. Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos Programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas. **Marília: UNESP**, 2012

ANEXOS